



ATA Nº 09/2022

Aos 25 dias do mês de maio de 2022, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida;
2. Deliberar sobre o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira
3. Eleger o presidente da junta de freguesia em representação das freguesias do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação de Espinho para o quadriénio 2021-2025 e consequente nomeação do Conselho Municipal de Educação de Espinho

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho Guedes, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Maria Guedes Bastos, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes o Sr. Vice-Presidente, Álvaro Ferreira da Cunha Monteiro e os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que estava a ser transmitida em direto, informando que o ponto 1 e 2 eram idênticos e por uma questão de simplificação a discussão far-se-ia em simultâneo e a votação separadamente. Passou a palavra à Câmara Municipal, tendo a vereadora Maria Manuel Cruz explicado que devido à delegação de competências a partir de 1 de abril, e estando o ano letivo a dois meses do seu termo, a Câmara Municipal resolveu não fazer nenhuma alteração nas escolas, exceto com os funcionários das escolas secundárias que assumiu, e fazer contratos interadministrativos com cada agrupamento em vigor até 31 de Agosto, data a partir da qual seria diferente, sendo que a Câmara estava já a tratar com os agrupamentos. Que, nos contratos existiam verbas diferentes para os dois agrupamentos porque foram calculadas pela DGEST com base em dados de anos anteriores, mas, faltando algum montante, a Câmara Municipal estaria lá para responder.

Ana Rezende (CDU) disse que a questão das refeições estava relegada para um futuro concurso a abrir pela Câmara Municipal e perguntou se o município pretendia contratar empresas externas ou, se as refeições seriam confeccionadas nas escolas onde existiam cantinas e cozinha. Sobre as verbas, perguntou a razão do município ter recebido 210 776 € para o Agrupamento de Escolas Gomes de Almeida, transferindo apenas 176 200€, o mesmo relativamente ao Agrupamento de Escolas Manuel Laranjeira em que a dotação recebida era superior à transferida. Perguntou o que se perspectivava para o próximo ano letivo, uma vez que aqueles contratos vigoravam até 31 de agosto. Sobre o período de contabilização daquelas transferências de competências e financeira, perguntou como estavam a planificar o próximo ano letivo uma vez que as contas do Estado se faziam por ano civil.



Alexandra Bastos (PSD) perguntou se, nos meses que precederam aquela transferência de competências, houve apoio e articulação da Comissão Técnica de Desenvolvimento de acordo com o previsto na Lei, dado estranhar que, no orçamento municipal não apareceu qualquer verba. Perguntou se o fundo que existia do Estado Central para a descentralização se previa verbas alocadas para o município de Espinho.

vereadora Maria Manuel Cruz explicou que, sobre as refeições, para o próximo ano, estavam em conversações com as escolas e tudo apontava para que continuassem a fazer as próprias refeições na Manuel Laranjeira, na Gomes de Almeida e na Sá Couto. Sobre as verbas, disse que foram feitas com base em 2019 e que estavam prestes a surgir atualizações, sendo que nenhum dos agrupamentos seria prejudicado. Disse que existia realmente uma Comissão de Acompanhamento daquelas transferências, tendo sido já realizada uma primeira reunião que continuariam a ser realizadas até ao final do ano para verificarem como se estava a processar a transferência. Disse que os gastos naquele período não iriam ser os mesmos que se teriam no final do ano e todo o excesso que pudesse existir voltava.

Presidente da AM esclareceu que a Assembleia da República tinha aprovado, ontem, em sede da especialidade do orçamento do estado, o reforço global das verbas em 10,8 M€

Ana Rezende (CDU) disse que na clausula I, ponto 3 dos contratos interadministrativos com aqueles dois agrupamentos escolares referia que as escolas se obrigavam a efetuar o fornecimento de refeições escolares até que aquele serviço passasse a ser disponibilizado pelo município, pedindo esclarecimentos sobre o assunto. Perguntou novamente a razão da diferença de valores ente a dotação disponível e a transferida para as escolas ficando o saldo na Câmara Municipal e como seria ele utilizado. Perguntou, em matéria de transferência da delegação e competências e financeira, se o governo estava a fazer contas em função do ano civil ou do ano letivo. Disse que aquelas verbas não contemplavam a necessidade de conservar e realizar algumas obras necessárias, nem a aquisição de material didático. Disse que a CDU não concordava com a transferência das competências do estado central para os municípios, sendo que o Estado se desresponsabilizava de tarefas fundamentais, onerando os municípios e tudo indicava que os municípios iriam correr

atrás do prejuízo e não teriam capacidade financeira para executar os serviços passando-os para entidades privadas.

Presidente AME esclareceu que as verbas foram previstas e incluídas no orçamento municipal e que da verba cabimentada a Câmara iria transferir parte da verba guardando a outra necessária para as competências que não delegou.

João Matos (BE) disse que era muito importante que os refeitórios das escolas servissem comida saudável e saborosa, fiscalizada e pensada por nutricionistas e para tal era necessário que o executivo se propusesse a fazer mais do que a triste cena que se vinha a assistir a nível nacional no campo educativo, externalizações, liberalizações, *outsourcing*. Perguntou se o executivo iria encetar um plano que passasse por terem refeições nas escolas nelas produzidas com alimentos comprados com recursos públicos e produzidos por agricultores locais, sendo aquela a posição defendida em Lisboa pelo representante das Nações Unidas para a alimentação e agricultura. Perguntou que escola publica queria o executivo PS e se as refeições seriam confeccionadas com funcionárias das escolas porque aquelas mulheres tinham anos de trabalho e não saíam do salário mínimo nacional e nas escolas onde havia recurso a *outsourcing* sempre que havia uma pausa letiva ficavam no desemprego. Perguntou como seria resolvido o problema da falta de assistente operacionais nas escolas do concelho e quantas pessoas havia ao abrigo dos programas de inserção profissional, programas ocupacionais que se tornaram alternativa barata para colmatar lacunas das escolas.

Teixeira Lopes (PS) disse que era a favor da descentralização e quando chegava a acontecer, dizia-se que era má invocando-se os velhos argumentos que eram motivo para negá-la desde o início. Que a descentralização teria dificuldades e problemas diversos a montante e a jusante da própria descentralização. Que, quem estava nas escolas, os administrativos os assistentes operacionais e os professores eram pessoas que gostavam do que faziam e eram muito responsáveis, tinham brio em pertencer às escolas. Que podiam falar da falta de experiência de todos os que teriam a grande tarefa de se adaptar a descentralização, incluindo a Câmara Municipal. Disse que ninguém que embarcava na carruagem da educação ia defensivamente começar a invocar os diversos problemas da falta de verba, do problema da falta de assistentes operacionais, dos concursos, ou dos meninos gostarem ou não da comida, porque vivíamos num país onde a grande maioria da população vivia com dificuldades e era



paga em função do salário mínimo nacional e que se houvesse uma refeição bem confeccionada, a horas, quente e de acordo com as necessidades das crianças sob o ponto de vista nutritivo em cada escalão etário, necessariamente que estava a cumprir com a sua função social sob o ponto de vista alimentar. Disse que a descentralização estava consagrada na constituição e estava diretamente ligada à regionalização e se aquela fosse concretizada necessariamente que os problemas se avolumariam. Que estava convicto que todos se iriam empenhar e pôr em prática o que tanto ansiaram, fossem professores, assistentes técnicos e operacionais, encarregados de educação e até os alunos.

Alexandra Bastos (PSD) referiu que todos concordavam com a descentralização, que constituía a aproximação da eficiência do poder local em controlar e gerir os problemas diários dos seus municípios em várias áreas, mas o problema estava em como começou a descentralização tendo sido necessário uma troika a olhar para o mapa territorial e para a organização administrativa e política, para concluir que havia gastos enormes na organização. Que conseguiram fundir freguesias, manter o mapa dos municípios e dar, com a lei, mais poder aos municípios e isso era descentralização. Que, na sua opinião, uma boa descentralização podia afastar definitivamente a regionalização, mas era necessária uma articulação eficiente entre o Estado Central e as respetivas autarquias locais. Que aquela descentralização estava consagrada com dois pilares assentes, a preservação da autonomia financeira, patrimonial e orgânica das autarquias locais e garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos e era disso que estavam todos à espera, porque a própria lei, na área da educação, punha-lhes outros desafios e metas futuras que precisavam de abraçar, nomeadamente em termos da área Metropolitana do Porto e a sua oferta educativa que tinha de ser trabalhada e passada para além do município, porque a educação de amanhã seria posta numa área muito mais abrangente, para terem benefícios de escala.

Paulo Leite (PSD) referiu que o PSD considerava que a descentralização devia ser feita, mas de uma forma planeada, o que não estava a acontecer, o que era típico do PS tanto a nível central como local. Que o envelope financeiro, como referiu a vereadora, podia não ser suficiente, sendo certo que a Câmara Municipal iria procurar contribuir para o sucesso da educação e absorver as falhas que vinham do Estado Central. Disse que a atualização de valores, referida pelo Presidente da AM, devia-se a

terem-se levantado algumas vozes de executivos camarários. Disse que as propostas do vogal do BE eram interessantes, mas também um pouco idílicas, concordando que seria ótimo que nas escolas existisse comida caseira, mas que não era tão simples assim pôr em prática, pelo que, para além de apresentar ideias, devia-se dizer de que forma se podiam concretizar. Que era normal que a descentralização trouxesse dificuldades, mas que deviam ter cuidado com as confusões que já se estavam a ver a acontecer. Fez notar que o ano civil não era o ano escolar e precisavam de saber o que iria acontecer a seguir, sendo que tanto a Câmara como a Assembleia tinham de marcar posição, porque a educação era assunto muito sério, sendo crucial que houvesse qualidade em todos os setores. Sobre a mão de obra barata nas escolas, disse que eram pessoas que prestavam trabalho com afinco e que acabavam por nunca conseguir fazer parte do quadro e ver os seus direitos reconhecidos como qualquer trabalhador e lembrou que há vários anos que acontecia com o governo central do PS, lembrando que tanto o BE e a CDU apoiaram o PS e os seus orçamentos.

Teixeira Lopes (PS) disse que quem concentrou em primeiro freguesias foi o PSD. Que até agora, hierarquicamente, o Ministério da Educação estava desconcentrado com as diversas Direções Regionais de Educação. Que as verbas necessárias para a descentralização da Educação tinham de provir do orçamento geral do Estado. Sobre as dietas das diversas escolas, disse que esteve em várias escolas com prevalência nas do concelho de Espinho, tendo verificado que havia alunos que gostavam e outros não da alimentação, levando-o à questão da falta de educação em casa. Disse que a nova experiência que iriam começar despoletaria um sem número de soluções em cada escola para os problemas. Referiu que o ano letivo começava-se a preparar muito antes de junho e que o corpo docente sabia perspetivar, mas tinha de estar fixo, contratando-se professores, resolver os seus problemas, de quadro, de vencimento, etc. Que o desenrascanço tornou-se quase numa instituição a nível nacional que contrariava a organização, a planificação e a execução. Disse que a descentralização não era como se fosse um truque e não era inimiga da melhoria da qualidade do ensino, pior que a descentralização era a concentração responsável pelo ensino não se ter desenvolvido mais, e também não era inimiga da melhoria da condição do trabalho de toda a comunidade educativa.



Abel Santos (PSD) fez um ponto de ordem à Mesa, pedindo que se centralizasse a discussão nos pontos da ordem de trabalhos

Nuno Almeida (Presidente JF Anta e Guetim) disse que era sempre complicado assumir um trabalho novo, dando os parabéns à sra. Vereadora pelo esforço e dedicação naquele processo. Disse que a lei já era de 2018, e parecia que até 2021 pouco ou nada foi feito naquela área, pelo que ouvir o PSD dizer que o assunto devia ter sido planeado era um pouco hilariante. Registou com agrado que o PSD Espinho reconhecia que foi o PSD que criou a agregação de freguesias.

Paulo Leite (PSD) protestou, dizendo que de facto a questão da agregação das freguesias teve de ser executada pelo governo PSD devido ao negócio feito anteriormente pelo PS e criado exatamente pelo problema da falta de planeamento.

Abel Santos fez um protesto dizendo que tanto PS como PSD tinham culpa e lembrou que a CDU apresentou no Parlamento um projeto-lei para a desagregação das freguesias e tanto PS como PSD votaram contra

João Matos (BE) disse que da parte do BE tinham toda a latitude para fazer o que lhes competia e o que estavam ali hoje a apreciar era uma matéria que emanava da descentralização, que exigia reflexão e que soubessem concatenar todas as causas do processo. Sobre a intervenção do vogal Teixeira Lopes, disse que o BE não tinha uma fé acrítica no que aí vinha e que por maior apreço pela profissão dos assistentes operacionais não faziam o discurso do amor à camisola que só servia para passar o verniz da positividade sobre o que na verdade era exploração e precariedade. Respondendo ao vogal Paulo Leite, referiu que entre a utopia e o cinismo, sabia bem o caminho que havia de escolher e era interessante ver que o PSD de hoje não reconhecia a sua própria história nem encontrasse a sua memória fazendo notar que o BE rejeitava por completo mais do mundo velho que o vogal do PSD, com o seu cinismo, propunha. Disse que seria importante que fossem beneficiários da declaração de voto dos vereadores do PSD sobre o assunto. Sobre a troika e o projeto político do PSD, era bom que, de uma vez por todas, o PSD entendesse que não funcionou.

Teixeira Lopes (PS) protestou, referindo que tinha falado na situação de deficiente vencimento dos trabalhadores, que deviam ser tidos em conta para que o ato educativo fosse um sucesso. Disse que já há alguns anos, escreveu um artigo com o

título "a importância dos serviços administrativos e dos assistentes operacionais no sucesso do ato educativo".

Paulo Leite (PSD) protestou dizendo que não devia ser permitida o uso de palavras que afetassem a honorabilidade das pessoas e que sobre cinismo não sabia quem teria mais.

Jorge Pina (PS) requereu à Mesa que se passasse de imediato à votação, com prejuízo das pessoas inscritas para discussão

Presidente da AM colocou o requerimento à votação do plenário que foi aprovado com 12 votos a favor, 11 abstenções e 2 votos contra.

Ana Rezende (CDU) pediu para fazer um ponto de ordem e disse que estava inscrita para uma segunda intervenção muito antes dos protestos e contraprotostos e requerimento à mesa, e esperou que acabassem de usar as figuras regimentais possíveis para falarem de tudo menos do que estava ali em causa, pelo que não prescindia da sua intervenção.

Presidente da Ame disse que o requerimento feito à Mesa foi votado e aprovado pelo que passariam de imediato à votação dos pontos. Assim o ponto 1 - *Deliberar sobre o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida*, foi aprovado com 14 votos a favor, 10 abstenções e 1 voto contra, e o ponto 2 - *Deliberar sobre o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira* foi aprovado com 14 votos a favor, 10 abstenções e 1 voto contra.

Declarações de voto:

Ana Rezende (CDU) "A CDU absteve-se relativamente a estes dois contratos interadministrativos com os dois agrupamentos de Escolas do concelho por uma questão de princípio porque não concordamos com esta forma de fazer política e de gerir o país que o PS tem vindo a adotar, nomeadamente em matéria de descentralização ou de transferência de competências para os municípios. Consideramos que é uma forma do Estado se demitir das suas tarefas fundamentais e aquela que aqui hoje discutíamos, que é a educação. Os municípios não estão



preparados para abarcar e gerir este cabaz de competências do ponto de vista logístico, técnico, etc., tem-se vindo a perceber que o envelope financeiro é curto. Achamos que isto é uma forma de fazer política para fugir à regionalização, essa sim que nos concordamos. Relativamente aos contratos aprovados e não obstante as perguntas que fiz ao executivo, a verdade é que não vi respondidas parte delas e preocupava-a de sobremaneira que o município não conseguisse trazer aqui um estudo financeiro económico sobre as necessidades destes dois agrupamentos. Percebe-se que os critérios aqui fixados não lhes dizia nada quanto às necessidades dos agrupamentos. Nada nos foi dito sobre a alocação destas verbas, percebendo que era até 31 de agosto, sem saber o que virá a seguir e se o resto do ano se vai fazer com o saldo daquilo que estava alocado, o que seria muito mau. Tudo isto padece de uma grande falta de planificação, que não será tanto do executivo camarário, mas do Governo. Obrigar os municípios a aceitar as competências daquela maneira era não só violar a Constituição no direito à educação como era onerar os municípios e as populações. Abstivemo-nos porque era preciso dar continuidade e agora que o município tem “o menino nos braços” tem de dar continuidade porque as escolas não podiam ficar sem funcionar”.

João Matos (BE) “O BE votou contra pelas razões anteriormente enunciadas, somos contra todo e qualquer processo contrário ao princípio da democraticidade, mas queria deixar registado que este executivo, pela segunda sessão consecutiva, não se digna responder às questões levantada pelo BE e hoje foram três.”

Ponto 3. Eleger o presidente da junta de freguesia em representação das freguesias do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação de Espinho para o quadriénio 2021-2025 e consequente nomeação do Conselho Municipal de Educação de Espinho

Presidente AM disse que os Presidentes de Junta, por consenso, decidiram indicar o Presidente da JF de Espinho, Vasco Ribeiro para o cargo

A votação foi realizada por escrutínio secreto, tendo sido aprovado eleger, com 23 votos a favor, 1 voto branco e 1 voto contra, o Sr. Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, presidente da junta de freguesia de Espinho, em representação das freguesias do concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação de Espinho para o quadriénio 2021-2025.

Sobre a nomeação do Conselho Municipal de Educação de Espinho, foram feitas as seguintes intervenções.

Ana Rezende (CDU) felicitou a eleição de um membro por parte dos estudantes, numa altura em que, já em muitas escolas, não se conseguia formar associações de estudantes, ou que, quando formadas, não conseguiam ter intervenção a não ser com autorização dos Conselhos Diretivos. Lamentou que naquele conselho municipal não fizesse parte nenhum representante dos funcionários não docentes, dado terem uma importância vital no dia-a-dia das escolas e das crianças e dos jovens.

João Matos (BE) disse que, na ata da eleição dos representantes do conselho municipal de educação de Espinho, constava que Liliana Fernandes tinha 9 votos, mas que, no quadro anterior à ata, constava que tinha tido 13 votos, o mesmo acontecendo com Ana Maria Lopes, na ata, 1 voto e no quadro 8 votos. Disse que a educação devia ser desde logo democracia em ato contínuo e não um conjunto de atos administrativos e de meras formalidades para servir o sapato ao quadro legal. Disse que constava dos documentos outros casos semelhantes com diferenças de votos obtidos pelas candidatas. Referiu que era caso de somenos importância, se atenderem que os assistentes operacionais não votavam, nem tinham representação naquele órgão, sendo desqualificados e rebaixados à condição de não pensante, quer por via do salário, quer pelo modelo orgânico que no concelho se cumpriria. Que mais uma vez se privilegiavam os formalismos, abdicando-se dos princípios. Disse que a própria participação do pessoal docente foi muito escassa, uma vez que no agrupamento Gomes de Almeida, apenas 129 professores votaram num total de 253 e no agrupamento Manuel Laranjeira participaram 141 professores e perguntou quantos eram naquele agrupamento dado que não constava o seu projeto educativo. Manifestou a sua perplexidade quanto ao desenho legal daquele decreto, que trazia a representação dos estudantes no Conselho Municipal de Educação, onde havia apenas um representante dos alunos naquele órgão. Que os jovens não se interessavam pela política, por estarem pouco ou nada satisfeitos pela maneira como funcionava a democracia e o poder político, fazendo notar que, no órgão que era determinante para a conceção do projeto educativo, davam-lhes um lugar simbólico.

Presidente da AM disse que, sobre as votações, o que contava era a ata assinada pelos agrupamentos, deixando, contudo, nota à Câmara Municipal dos lapsos dos erros de transcrição.



Vereadora Maria Manuel Barbosa disse que decorria da lei a composição do conselho municipal e embora pudessem achar que não estava correto porque os assistentes operacionais eram uma parte muito importante das escolas, não podiam ultrapassar a Lei.

Ana Rezende (CDU) disse que sabia que decorria da Lei, mas à semelhança de outros municípios que protestaram, considerava que o município de Espinho também devia fazê-lo, sendo certo que, como convidados, os assistentes operacionais poderiam assistir às reuniões do Conselho.

Vereadora Maria Manuel Barbosa disse que o município já fizera.

João Matos (BE) protestou porque era recorrente que o executivo, durante a intervenção os vogais, escarnecer das suas intervenções e considerações, sendo o Vice-presidente prodigo naquela matéria. Referiu que se a Câmara Municipal já tinha feito os protestos teriam de ser públicos, exigindo-se que os publicassem em devida hora.

Paulo Leite (PSD) disse que também gostaria de saber se existia aquele protesto e de conhecer o seu conteúdo. Disse que, no seu entender, a Lei impunha os membros obrigatórios e não impedia que pudesse haver mais e queria saber se de facto era assim.

Votação: a nomeação do conselho municipal de educação foi aprovada com 24 votos a favor e 1 abstenção

Não havendo intervenção por parte do público presente, o Presidente da Assembleia municipal deu por encerrada a reunião

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária

municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
